

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Produtos de higiene e beleza atraem consumidores

Mercado de beleza e higiene soma mais de R\$ 240 bilhões

As famílias brasileiras devem desembolsar cerca de R\$ 242,3 bilhões com higiene e cuidados pessoais até o final deste ano, o que representa uma alta de 11,2% em relação a 2024, quando foram desembolsados quase R\$ 218 bilhões, mostra a Pesquisa IPC Maps, empresa que estuda potencial de consumo dos brasileiros. Nos cálculos são levadas em conta despesas com

Varejista

Em ritmo menor, a quantidade de comércio varejista — que engloba cosméticos, artigos médicos e óticas —, passou de 308.849 para 312.439 estabelecimentos. Essa alta de 1,2% é reflexo, principalmente, da redução dos Microempreendedores Individuais (MEIs).



Divulgação/Conaje

Brasil no G20 YEA: delegação jovem atrai investidores

A participação brasileira no G20 Young Entrepreneurs Alliance (YEA), em Joanesburgo e Sun City, na África do Sul, de 18 a 22 de setembro, resultou em contatos comerciais e sondagens de investimento. Durante a missão, houve consultas sobre açúcar, arroz e soja de origem brasileira, além de propostas de forne-

Setor privado

Os participantes tiveram encontros com autoridades e representantes do setor privado local, e reuniões bilaterais entre o Brasil e países. De acordo com a entidade de jovens empresários, as conversas abriram frentes de avaliação setorial, que poderão avançar para negociações.

Comunicado

No encerramento, os representantes nacionais assinaram o Communiqué do G20 YEA, que será apresentado ao G20 em novembro. O texto aborda segurança alimentar e agricultura sustentável, transição verde, previsibilidade nas regras de comércio e inovação digital.

Mercado

“O encontro mostrou que há disposição em conhecer mais o mercado brasileiro. Além do interesse por produtos, instituições financeiras sondaram aportes em fintechs e cada delegado conseguiu abrir conversas para o seu setor”, disse Fábio Saraiva, presidente da Conaje.

Afinidades

No evento, representantes da Conaje identificaram durante a missão áreas de maior afinidade entre o Brasil e a África do Sul, como tecnologia e serviços especializados, agroindústria e biocombustíveis, energia renovável e educação empreendedora, entre outros.



Reprodução

Pagamento do rotativo do cartão de crédito é o vilão dos juros altos, segundo o BC

Juros do rotativo de agosto chegam a 451,5% ante 446,6%

Endividamento das famílias teve alta de 48,6%

Por Martha Imenes

Os brasileiros continuam enfrentando um dos maiores vilões do orçamento doméstico: os juros do cartão de crédito para pessoa física e empresas em agosto chegou a 451,51% ao ano, ante os 446,6% registrados em juho, segundo informações das Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas pelo Banco Central (BC). Com taxas de juros estratosféricas, e que não param de subir, a modalidade se mantém como uma das mais caras do mercado. No entanto, especialistas apontam caminhos para escapar dessa armadilha.

Segundo analistas financeiros, a principal forma de evitar o rotativo é simples: pagar o valor total da fatura até o vencimento. “O pagamento integral elimina qualquer cobrança de juros. É a forma mais eficaz de manter o controle”, afirma Mariana Lopes, educadora financeira.

Quando isso não é possível, o parcelamento da fatura pode ser uma alternativa menos onerosa. Bancos costumam oferecer condições com juros mais baixos que os do rotativo, embora ainda seja necessário cautela. “O parcelamento é uma saída emergencial, não uma solução recorrente”, alerta Mariana.

Aplicativos de controle financeiro e alertas de vencimento ajudam o consumidor a se organizar. Estabelecer um limite pessoal de gastos — inferior ao limite do banco — também é recomendado. “O cartão não deve ser visto como extensão da renda, mas como ferramenta de conveniência”, diz a especialista.

Comprometimento de 27,9% da renda

O comprometimento da renda, – relação entre o valor médio para pagamento das dívidas e a renda média apurada no período - ficou em 27,9% em julho, com aumento de 0,1% na passagem do mês e 1% em 12 meses, aponta a pesquisa do BC.

Os dois últimos indicadores são apresentados com uma defasagem maior do mês de divulgação, pois o Banco Central usa dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Lei em vigor

Mesmo com a limitação de cobrança dos juros do rotativo - em vigor desde janeiro do ano passado - os juros seguem variando sem uma queda expressiva ao longo dos meses. Isso porque a medida visa reduzir o endividamento, mas não afeta a taxa de juros pactuada no momento da contratação do crédito.

Nos 12 meses encerrados em agosto, os juros do cartão de crédito rotativo subiram 24,6 pp para as famílias. O crédito rotativo dura 30 dias e é tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão de crédito. Ou seja, contrai um empréstimo e começa a pagar juros sobre o valor que não conseguiu quitar.

Concessões de crédito de R\$ 633,8 bilhões em agosto, queda de 0,2%

Em agosto, as concessões de crédito chegaram a R\$ 633,8 bilhões. Nas séries sazonalmente ajustadas, elas recuaram 0,2% no mês, com redução de 2,3% nas operações com pessoas jurídicas e expansão de 1,5% com as famílias.

Em 12 meses, as concessões nominais cresceram 11,4%, com altas de 14% nas operações com empresas e de 9,3% com pessoa física. Com isso, o estoque de todos os empréstimos concedidos pelos bancos do Sistema Financeiro Nacional (SFN) ficou em R\$ 6,757 trilhões, um crescimento de 0,5% em relação a julho. Esse resultado decorreu das expansões de 0,2% e de 0,7% das carteiras de crédito para pessoas jurídicas e famílias, respectivamente, cujos saldos fecharam o mês em R\$ 2,547 trilhões e R\$ 4,209 trilhões, na mesma ordem.

O crédito ampliado ao setor não financeiro - que é o crédito disponível para empresas, famílias e governos, independentemente da fonte (bancário, mercado de títulos ou dívida externa) - alcançou R\$ 19,748 trilhões, com aumento de 1,1% no mês, refletindo principalmente o acréscimo de 2,8% nos títulos públicos de dívida.

Em 12 meses, o crédito ampliado cresceu 11,7%, com avanço nos títulos públicos de dívida (17%), nos empréstimos do SFN (9,7%) e nos títulos privados de dívida (17,2%).



Gráfico mostra rota descendente

Alta das taxas bancárias acompanha Selic a 15%

Como esperado, a alta dos juros bancários acompanha o ciclo de elevação da taxa básica de juros da economia, a Selic, definida em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. A Selic é o principal instrumento usado pelo Banco Central para controlar a inflação.

Ao aumentar a taxa, o BC visa esfriar a demanda e conter a inflação, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança, fazendo com que as pessoas consumam menos e os preços caiam. O próximo encontro do Copom para definir a Selic será em novembro e a previsão é que a taxa fique em 15% ao ano, pelo menos, até o fim de 2025.

Críticas

Economistas e setores produtivos criticam os juros em 15% por prejudicarem o investimento, a geração de empregos e a indústria, além de aumentarem a dívida pública e contribuírem para a inadimplência e a pobreza. Eles argumentam que a taxa é alta o suficiente para manter as pessoas vivendo de renda, desestimulando atividades produtivas. O Banco Central, no entanto, justificou a manutenção em 15% por considerar a inflação ainda elevada e a necessidade de mais cautela diante de incertezas econômicas e internacionais.

O spread bancário – diferença entre a taxa de juros que um banco paga para captar recursos – apresentou alta de 0,3 pontos percentuais (pp) no mês e 2,2 pp em 12 meses.